

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SOCIO-ECONÔMICO

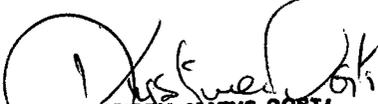
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**A ASSOCIAÇÃO DOS DIABÉTICOS
DO ESTADO DE SANTA CATARINA:
UM ESPAÇO PARA AMPLIAÇÃO
DA CIDADANIA**

Aprovado Pelo U.S.
Em 05/08/94

*Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina para
obtenção do título de Assistente Social pela
acadêmica:*

BEATRIZ BERTELLI PERES


KRYSTYNA MATYS COST
Chefe do Depo. de Serviço Social
CSE-UFSC

Florianópolis, julho de 1994

SUMARIO

	<i>pág.</i>
INTRODUÇÃO.....	03
CAPITULO I	
AS PRATICAS SOCIAIS - O ESTADO E AS POLITICAS SOCIAIS.....	07
1.1. O processo de institucionalização das prá- ticas sociais.....	07
1.2. Os aspectos políticos das instituições so- ciais - a questão do Estado - sociedade civil e política.....	15
1.3. A relação instituição-políticas sociais - associações e movimentos populares.....	19
CAPITULO II	
A CIDADANIA, DEMOCRACIA E A PARTICIPAÇÃO - ELE- MENTOS DA CONSTITUIÇÃO DE SUJEITOS COLETIVOS...	28
2.1. Cidadania, democracia e participação.....	28

2.2. A criação da ADESC e sua primeira gestão - fevereiro de 1988 a junho de 1990.....	32
2.3. Segunda gestão - junho de 1990 a maio de 1992.....	48
2.4. Terceira gestão - maio de 1992 a maio de 1994 - situação atual.....	54
CONCLUSÃO.....	63
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	67

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma estudo feito sobre a Associação dos Diabéticos do Estado de Santa Catarina. Despertamos para o estudo do tema no decorrer do estágio III, realizado no Programa de Diabéticos do Hospital Universitário do Estado de Santa Catarina, onde a nossa participação, enquanto estagiária, era mais a nível ambulatorial com os grupos de diabéticos.

Ao desenvolvermos as atividades educativas com os grupos, mais especificamente com os da sala de espera, percebemos que eram trazidas, quase semanalmente, questões relacionadas com as dificuldades do tratamento, basicamente a falta de medicamentos e de consultas com outros especialistas, que não da endocrinologia, porém, necessários para prevenir ou tratar manifestações das complicações decorrentes do diabetes.

Acreditamos que estes problemas deveriam ser discutidos com os diabéticos, pois diz respeito a um número significativo deles e sabendo da existência de uma Associação de Diabéticos, porém percebendo que os diabéticos atendidos no H.U. ou desconhecem sua existência ou desacreditam na mesma,

propus conhecer esta instância para verificar se a mesma se constitui em um espaço representativo dos diabéticos.

A diabetes é considerada uma das doenças mais importantes a serem tratadas, devido ao grande número de pessoas afetadas, aos altos custos do tratamento, pela incapacidade que produz e principalmente por sua morbidade.

De acordo com o Estudo Multicêntrico sobre a Prevalência da Diabetes Mellitus no Brasil (Ministério da Saúde, 1988), chegou-se ao número de 7,6% de diabéticos da população adulta urbana no Brasil. O mais grave é que destes, 46,5% desconhecem a sua condição de diabético e 22,3% das pessoas, sabendo da sua patologia, não fazem qualquer tipo de tratamento. Estima-se que dois milhões de indivíduos desconhecem a sua condição de diabéticos, e que provavelmente serão identificados ao apresentar uma complicação crônica irreversível.

Estas características, acrescidas da pouca atenção que os diabéticos vem recebendo como problema de saúde pública, nos impulsionou a verificar quais espaços políticos poderiam ser utilizados pelos portadores desta patologia, numa tentativa de ampliar seu atendimento.

Partiremos do princípio que a sociedade civil tem um papel de controle das ações do Estado, o que vem sendo facilitado após a regulamentação da Lei Orgânica da Saúde. Assim, fortalecendo um espaço de discussão e expressão dos diabéticos, teremos como consequência uma possível melhoria no seu atendimento.

Sabendo da atuação da ADESC - Associação dos Diabéticos do Estado de Santa Catarina, resolvemos estudá-la para verificar como vem encaminhando suas ações e quais as possibilidades que tem de se tornar realmente representativa dos interesses dos seus associados.

Esse resgate histórico iniciou-se com os antecedentes da criação da ADESC e percorre os caminhos trilhados pela mesma até hoje, levantando algumas categorias que possibilitam a compreensão do espaço de representação política.

Na coleta de dados empíricos foram utilizados três instrumentos, a saber:

a) realizadas duas entrevistas com os profissionais integrantes da ADESC, no sentido de entender como vêem o papel da mesma em relação aos diabéticos;

b) através das reuniões com o Grupos da Sala de Espera e de Convivência, realizadas no Hospital Universitário no período de julho a dezembro de 1993, onde levantamos o nível de conhecimento e expectativas quanto a Associação dos Diabéticos;

c) utilizados como referência de dados históricos, o livro de atas da ADESC, uma vez que este retrata a sua fundação e sua trajetória, evidenciando a forma de organização da mesma. Partindo da idéia central que impulsionou a pesquisa, a ADESC como espaço político congregando os inte-

resses e necessidades dos diabéticos, os conteúdos do livro de atas foram analisados, tendo como perspectiva as categorias participação, cidadania e democracia. Nossa intenção foi a de analisar como estas categorias se expressam no percurso da Associação.

Devido ao fato do objeto de estudo ter sido alterado no decorrer do estágio III, a pesquisa teve limitações, pois o tempo era restrito e os desdobramentos do objeto de estudo inúmeros, deixamos de entrevistar todos os grupos de atendimento no município, como pretendíamos, o que iria enriquecer em muito o estudo.

O trabalho ficou estruturado em dois capítulos.

No primeiro, buscaremos entender como ocorrem os processos de institucionalização das práticas sociais e como estas vão se transformando em espaços políticos que tratam da relação Estado-sociedade civil. Contém, ainda, uma referência de como ocorre o aparecimento das instituições que cuidam das políticas sociais.

O segundo capítulo é uma tentativa de análise da ADESC, seu papel junto aos diabéticos e a própria sociedade. Verificaremos as possibilidades que a mesma oferece para que os diabéticos se envolvam e procurem abrir espaços de participação e democracia.

Por último, apresentaremos a conclusão, que sintetiza o que foi evidenciado no decorrer do presente estudo, apontando algumas sugestões de encaminhamento que possam contribuir para a construção de uma cidadania plena e democrática.

CAPITULO I

AS PRATICAS SOCIAIS - O ESTADO E AS POLITICAS SOCIAIS

1.1. O processo de institucionalização das práticas sociais

Todo o ser humano normal vive em agrupamento, nenhuma pessoa vive habitualmente em isolamento. Há muito tempo, Aristóteles comentou que quem não necessitar de sociedade é um animal ou um Deus. Insistiu ele que o homem é, por natureza, um animal social. Todos os seres humanos vivem em grupos sociais, assim tudo o que pensamos, fazemos ou dizemos é influenciado pela organização da dinâmica do meio social.

Aprendemos, crescemos e amadurecemos através das nossas experiências societárias, estas fornecem os nossos padrões de comportamento, mediante suas normas, e indica-nos que devemos proceder a ajustamentos aceitáveis a esses. O que comemos, o que vestimos, como devemos nos comportar, etc, quase tu-

do é determinado socialmente. Desde os simples atos elementares até os aspectos mais importantes da nossa existência são condicionados pela organização social que nos cerca, portanto, nossos valores, atitudes e nossas relações são determinadas pela mesma.

A sociedade começa moldando-nos desde que nascemos, sendo a família a primeira unidade que nos comunica o modo de pensar, hábitos e tradições. Segue com os grupos na escola, nos jogos, no trabalho, etc. A vida é um processo de atividade contínua nas formas de associação humana em uma sociedade, o que leva a socialização dos indivíduos de acordo com os padrões vigentes na mesma.

O conhecimento também é adquirido na realidade em que se vive, pois o mesmo acontece na esfera social, e o que é normal é aceito por um grupo social é normal e aceito por quem nasce e se socializa nele. O conhecimento humano acontece nas sociedades como um a priori da experiência individual, o qual vai sendo internalizado durante a socialização, assumindo para o indivíduo a aparência natural em muitas situações sociais particulares. Nenhum pensamento humano está imune às influências ideológicas do seu contexto social, visto que a apreensão da realidade se dá dentro de uma ordem social estabelecida e pré determinada.

O ser humano em processo de desenvolvimento se inter relaciona com um ambiente social determinado e também em relação a ordem cultural e social específica da sociedade em que vive. Não só a sobrevivência das criaturas humanas depende

dos ordenamentos sociais como também a direção do seu desenvolvimento está socialmente determinado. Desde o seu nascimento até seu total desenvolvimento o ser humano está sujeito a uma contínua interferência social.

A ordem social, por outro lado, é produto da atividade humana, a necessidade da ordem social surge como equilíbrio biológico do homem. E resultado das atividades humanas passadas e presentes, por isso, é estabelecida. Porém, como a ordem só continuará existindo se a atividade humana também continuar existindo e como o ser humano não é um ser estático, então continuamente ela pode ser renovada através das novas relações estabelecidas pelo homem.

As sociedades, nascendo das relações humanas, são os maiores sistemas de organização que unem os homens de forma coletiva, atuando como unidades em determinadas áreas geográficas. As sociedades são as mais generalizadas e globais entre todas as estruturas de relações humanas.

São sistemas de organização global abrangendo todas as unidades inter-relacionadas que nos articulam através da interação.

Todos nós usamos os grupos sociais como veículos para expressar a nossa experiência, sendo as unidades de relações os mecanismos que usamos para este fim. Do mesmo modo, uma sociedade usa as unidades de relações como os mecanismos através dos quais ela funciona. Instituições, organizações, cidades e partidos políticos são instrumentos das sociedades usados para a realização de seus interesses. As sociedades não

poderiam alcançar suas finalidades sem estas formas estruturais.

Como as formações sociais nunca são estáticas, as mudanças na estrutura e na dinâmica das formas societárias acontecem com o decorrer do tempo, seja por modificação ou por substituição, apesar dos obstáculos. A estabilidade dentro de uma sociedade é mantida por controles sociais que procuram governar o comportamento através da internalização de normas e valores sociais, ou seja, através da institucionalização.

A institucionalização constitui a cristalização dos padrões e normas de conduta ou o estabelecimento das mesmas e implica no desenvolvimento gradual de internalizar as normas.

Comporta a reposição do comportamento espontâneo e imprevisível por um comportamento esperado, padronizado e previsível.

Na fase pré-institucional os membros de uma instituição social em formação tem um comportamento imprevisível, não muito claro, embora comecem a ser delineados. Somente quando se produz a institucionalização adquirem papéis sociais ou relações sociais definidas, comandadas por normas sociais, seguindo um padrão rotineiro.

A institucionalização acontece cada vez que se torna habitual um determinado tipo de comportamento; frequentemente o comportamento fixa-se, subconscientemente, através da repetição constante e quando há necessidade de planejar algo o faz através dos modos normais de proceder, de acordo com o que já foi instituído.

As sociedades se constituem a partir das relações entre os homens, nessas relações, criam-se estruturas que modelam a forma de associação entre os membros.

As pessoas em sociedade, inter relacionam-se para promover e preservar interesses e valores comuns; estabelecem regras de conduta e desenvolvem normas para fazer aquelas atividades que estão relacionadas com os interesses e valores, os quais são socialmente obrigatórios e dão continuidade e estabilidade a suas organizações sociais. E isso o que se entende por institucionalização. Esse processo resulta de um sistema de expectativas padronizadas que definem o comportamento esperado das pessoas em relação ao que é considerado como certo por quem deseja preservar o que está instituído.

As relações indivíduos x sociedade são mediatizadas pelas instituições, onde se dão as articulações próprias da produção/reprodução das relações sociais.

As instituições são determinadas na sua essência pela formação social, que canalizam e regulam as ações desenvolvidas por quem dela participe ou esteja sob sua influência.

" A institucionalização é o processo de regularização e padronização de métodos numa sociedade. Em consequência, as instituições elaboram os complexos normativos que estabelecem as relações entre os principais aspectos da atividade de uma sociedade. As sociedades criam numerosas instituições e sub-instituições...Os órgãos institucionais, como escolas, igre-

jas, famílias específicas e muitas outras, são criadas como instrumentos para o funcionamento metódico desses complexos normativos. " (Anderson e Parker, 1972, p.245).

Todas as sociedades institucionalizam práticas sociais, isto é, regularizam e padronizam suas atividades internas para que se convertam em métodos formais e estabelecidos de conduta social. A troca de presentes, a celebração de acontecimentos como aniversários e festas nacionais, os subsídios de maternidade, a assistência aos doentes e uma grande quantidade de práticas sociais foram institucionalizados nas sociedades, de maneira que os padrões institucionais constituem uma parcela importante de coesão social. Algumas das práticas institucionalizadas são tão importantes para as sociedades que estas desenvolvem órgãos institucionais definidos, através dos quais essas práticas sociais são efetivadas.

" No sentido sociológico, uma instituição não é um indivíduo ou grupo, é parte da cultura, um aspecto estandarizado do modo de vida de um povo...Uma instituição é uma configuração ou combinação de padrões de comportamento compartilhado por uma coletividade e centrados na satisfação de alguns necessidades básicas do grupo. " (Fichter, 1969, p.296).

As necessidades sociais universais e básicas são satisfeitas em todas as sociedades de uma forma sistemá-

tica e culturalmente aprovada. As instituições fundamentais e universais são: familiar, educacional, econômica, política, religiosa e recreativa. Estas instituições são tão essenciais a toda cultura que, sem elas, seria inconcebível a vida social. Constata-se, porém, que a forma como as coisas são ordenadas e estruturadas varia de acordo com a cultura de cada povo.

As instituições possuem características próprias, sempre que nos deparamos com alguma afirmativa sobre instituição, sobre o que são e como funcionam ou sobre como mudam, poderemos constatar semelhanças com outras instituições (Berger, 1975). Estas características são:

A Historicidade: as instituições possuem historicidade. Não são apenas fatos que definem uma instituição, mas sim, fatos históricos. Em praticamente todas as ações desenvolvidas pelos indivíduos, as instituições já existiam antes mesmo que ele nascesse e continuarão a existir depois de sua morte. Hoje, podemos citar os hospitais, as escolas, etc. As idéias corporificadas na instituição foram acumuladas durante um longo período de tempo, através de inúmeros indivíduos cujos nomes e rostos pertencem ao passado.

A Exterioridade: as instituições existem como algo dotado de realidade exterior, ou seja, a instituição é alguma coisa situada fora do indivíduo e que difere da realidade formada pelos pensamentos, sentimentos ou fantasias que o

mesmo possa ter. Assemelha-se a outras entidades da realidade exterior, como por exemplo, uma árvore, ou uma casa, que estão aí, quer o indivíduo queira, quer não. Existem antes do momento em que o mesmo tome conhecimento de sua existência, quando isto acontece ele a experimenta como algo que existe fora dele.

A Objetividade: alguma coisa é objetivamente real quando todos admitem que de fato a mesma existe e que existe de uma maneira determinada. Ex.: a família. Existe uma família e sempre vai existir e o indivíduo aceita a família da mesma forma que aceita outros fatos objetivos por ele experimentados.

A Coercitividade: a forma coercitiva das instituições se apresenta quando os indivíduos não aceitam o que está estabelecido ou querem modificar o estado das coisas existentes. A coerção começa na família com os castigos, na escola através das notas ou das suspensões, os amigos com as zombarias ou no trabalho com todas as suas leis e normas a serem cumpridas.

A Autoridade Moral: não se mantém somente através da coercitividade. Invocam um direito a legitimidade, reservam-se o direito de não só punir o indivíduo que viola o que é imposto, mas ainda o de repreendê-lo no terreno da moral. São várias estas situações que vão desde a gozação a um imi-

grante que carrega o fardo do sotaque, o professor que repeende o aluno na frente dos amigos até a pena de morte em alguns Estados.

Reconhecer o poder das instituições não é mesmo que afirmar que elas não podem mudar. Na verdade elas mudam constantemente - e precisam mudar, pois não passam de resultados de ações de indivíduos.

" Em outras palavras, a existência objetiva das instituições depende da ação ininterrupta de muitos indivíduos que exprimem suas intenções, significações e motivos de ordem subjetiva. Esta objetividade não assume caráter estático, muda constantemente, mantendo um fluxo dinâmico. " (Berger, 1975, p.197).

1.2. Os aspectos políticos das instituições sociais - a questão do Estado - sociedade civil e política

As instituições, mesmo tendo características e objetivos próprios, são condicionadas pelo movimento histórico da sociedade, onde as contradições e os conflitos das formações sociais refletem em todas as instituições sociais com maior ou menor intensidade, de acordo com a posição da mesma no conjunto da sociedade

Do ponto de vista histórico, as instituições emergem dos conflitos e contradições e se apresentam como soluções para determinadas contradições particulares e localizadas, não dando conta da globalidade que envolvem tais conflitos.

O Estado, através das instituições se constitui em um regulador das questões sociais e quando um problema se torna ameaça à ordem social, ele formula respostas sob a forma de políticas de diferentes ordens.

Estas políticas se objetivam, se materializam através das instituições, o que evidencia a estreita relação entre Estado e instituição, as quais se situam na esfera da Sociedade Civil.

Utilizamos o conceito de Estado Ampliado proposto, por Gramsci, significando que o Estado incorpora a Sociedade Civil mais a Sociedade Política. O Estado ou Sociedade Política caracteriza-se por concentrar o poder repressivo da classe dirigente (Governo, Tribunais, Exército e Polícia), porém, como nos mostra BOBBIO (1982, p.23),

" O Estado não é um fim em si mesmo, mas um aparelho, um instrumento; é o representante não de interesses universais, mas particulares; não é uma entidade à sociedade subjacente, mas é condicionado por esta e, portanto, a essa subordinado; não é uma instituição permanente, mas transitória, destinada a desaparecer com a transformação da sociedade que lhe é subjacente. "

Gramsci concebe Sociedade Civil como domínio da ideologia, ou seja, o conjunto das organizações por meio dos quais ele elabora e difunde a ideologia. São os conjuntos de organismos comumente chamados de privados, os quais, correspondem a função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade.

A hegemonia de uma classe inclui necessariamente a luta no domínio da ideologia, ou seja, Sociedade Civil é um lugar decisivo no exercício da hegemonia e também o espaço das lutas de classes.

Este ponto nos remete ao conceito de transformação social que na teoria gramsciana é concebida como um "processo global que se faz simultaneamente no terreno econômico e ideológico, através da luta política." (CARVALHO, 1983, p.31).

Assim as transformações não ocorrem espontaneamente como resultado do desenvolvimento autônomo das forças produtivas e nem a partir da vontade de quem as dirige. E, pois, um processo que vai se dando na dialética destruição/construção, ou seja, na luta política que implica na destruição do que está posto e na construção de uma nova forma de pensar e agir. Esta dialética exige tanto uma profunda mudança na estrutura econômica e política, como também uma profunda mudança na maneira de pensar dos homens.

Gramsci explica que a relação entre os dois níveis super estruturados, Sociedade Civil e Política, configura uma unidade dialética onde o consenso e a coerção são utilizados al-

ternativamente, e onde se situa o conceito de hegemonia. Em Gramsci, hegemonia é, ao mesmo tempo, direção e dominação da sociedade, isto é, o controle das Sociedades Civil e Política. Implica o predomínio da Sociedade Civil sobre a Política, de forma que a conquista da sociedade se constitui no ápice da hegemonia.

Segundo BOBBIO (1982, p.50),

" sociedade civil é o campo das várias formas de mobilização, associações e organizações das forças sociais que se desenvolvem a margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais...caracteriza sociedade civil por sua capacidade de associativismo e auto determinação política independente do Estado. Essas associações que podem assumir a forma de comunidades, movimentos ou organizações, tem o papel de intermediação junto a instituição Estado. "

Sociedade Civil, portanto, refere-se ao nível institucional do mundo da vida, onde as práticas associativas e a cultura se desenvolvem, onde as identidades sociais se formam. É o espaço social, onde nascem e se organizam associações voluntárias chamadas de movimentos sociais ou populares, organizações não governamentais, grupos de mútua-ajuda, entidades filantrópicas e outras do gênero. Entretanto, não é possível se entender as ações coletivas da sociedade civil, sem pensá-las em sua relação com o Estado.

1.3. A relação instituição-políticas sociais - associações e movimentos populares

No papel de intermediários entre Sociedade Civil e Estado, as instituições se apresentam com diferentes finalidades, embora mantenham, no limite, função especial de socialização e manutenção da ordem estabelecida.

As diferentes finalidades das instituições decorrem da forma socialmente orientada para a satisfação das necessidades humanas. Nas sociedades modernas e contemporâneas, a satisfação de tais necessidades ocorrem através das instituições de políticas sociais.

O Estado se organiza para atender, ainda que de modo fragmentado aos pontos críticos, através das políticas e programas setoriais. Estes programas abrangem um vasto campo de atividades, entre outros, a regulamentação do mercado de trabalho (legislação trabalhista, política salarial, etc) o controle de atividade política (organização sindical, direito de greve, etc) e as ações para a força de trabalho em determinados níveis (saúde, habilitação, educação, etc).

Com o objetivo de responder estas questões sociais, vão sendo criadas e estruturadas instituições estatais e para-estatais, constituindo-se em um conjunto de equipamentos coletivos que materializam a atuação do Estado na saúde, educação, habitação, etc.

" As instituições são organismos específicos de política social, embora se apresentem como organismos autônomos e estruturados em torno de normas e objetivos manifestos. Elas ocupam um espaço político nos meandros das relações entre o Estado e a sociedade civil. Elas fazem parte da rede, do tecido social lançado pelas classes dominantes para amearhar o conjunto da sociedade. " (FALEIROS, 1987, p.31).

Na verdade há uma institucionalização de certos serviços como mecanismos especiais de integração ao sistema de produção-consumo. Essa mercantilização dá a idéia de uma normalização ao acesso a certos bens e serviços no mercado. As instituições como veículo dessa mercantilização, transformam as relações sociais em relação de compra e venda na esfera da educação, saúde e outros.

" As políticas sociais tem como função predominante assegurar através da imposição de normas, coersão ou emprego de força, a dominação política da classe existente, acobertada pela busca de legitimidade junto a vontade popular, reforçando e desenvolvendo a apropriação/expropriação da força de trabalho e o padrão de acumulação capitalista. " (Santos, 1980, p.115).

As instituições se mostram aparentemente preocupadas com o bem estar da população, com uma face humanista, que é o fator chave da aceitação e da legitimidade. Este lado das instituições também esconde o uso da violência, com a busca do consentimento, da aceitação.

São usados uma série de normas com o objetivo de moldar, educar a compreensão da população.

" *As instituições em sua função de controle social realizam formas de recuperação e de distensão social por intermédio da divisão dos clientes e dos problemas, do adiamento das soluções, do oferecimento de respostas simbólicas e parciais.* " (Faleiros, 1987, p.35).

Quando um cliente busca a atenção para a solução de um problema, o profissional, com seu saber técnico, usa de regulamentos e normas que toda a instituição possui, existe quase que uma patrulha ideológica na vida pessoal e social do cliente através de entrevistas, visitas, fichários; a vida da pessoa é despossuída e colocada à disposição de quem controla as informações sobre eles.

" *As instituições não são um simples fenômeno super estrutural. São organizações transversais a toda a sociedade. Elas aparecem como mecanismos reguladores das crises do desenvolvimento capitalista em todos os níveis. Mesmo distante de uma empresa, elas podem compensar desequilíbrios do processo produtivo. No interior de uma empresa produtiva a institucionalização dos serviços sociais está vinculada ao processo global do desenvolvimento das condições da acumulação.* " (Faleiros, 1987, p.32).

Como os salários pagos aos trabalhadores são insuficientes, muitos nem o tem (desempregados, velhos, crianças, etc), o processo de acumulação vê-se ameaçado, pois a reprodução da força de trabalho não está garantida. Já que as empresas não dão conta disto, o Estado assume este custo social e tenta resolvê-los com a criação de creches, programas habitacionais, etc.

Os problemas que afetam o conjunto das classes dominadas são parcializados, analisados separadamente, através de categorias (velhos, crianças, doentes, etc). As pressões sociais são transformadas pela ordem institucional num problema específico o qual é tratado por intermédio da divisão dos clientes e dos problemas, com o adiamento de soluções baseado em respostas simbólicas e parciais.

Como já vimos, as classes dominantes necessitam das instituições como solução para as demandas. Todos o arsenal de carteiras e ficha nada mais é do que um controle e uma garantia de que as pessoas vão seguir a ordem estabelecida, porém quando as classes dominadas se organizam em movimentos mais ou menos fortes, o processo de respostas a demandas pode assumir formas mais políticas e gerar algumas mudanças nas normas impostas.

Sendo que todas as instituições são construídas socialmente como produto histórico da atividade humana, com base nas ações concretas dos seres humanos, a realidade se define socialmente e os indivíduos ou grupos de indivíduos concretos servem como definidores desta realidade.

Entretanto, as instituições já estão cristalizadas e somente as ações dos indivíduos que a elas recorrem não serão suficientes para mudar o que está posto, é preciso que seja feita uma aliança entre técnicos, profissionais e categorias e grupos das classes dominadas. Esta aliança se manifestaria na utilização dos mecanismos institucionais para incentivar e apoiar reivindicações populares, pondo os recursos a disposição das camadas populares. A instituição passa a ser utilizada ao invés de utilizar. Passa a ter fins propostos por certos organismos populares.

Tais instituições são atualmente reconhecidas como Associações Populares, as quais vem se instituindo como espaço de confronto ao que é injusto socialmente, isto é, se organizam numa tentativa de também compartilharem dos frutos do desenvolvimento ou de promoverem transformações na sociedade.

Estas Associações Populares representam formas históricas de ampliação de participação em espaços políticos e sociais controlados por determinados grupos dominantes, que garantem uma direção social excludente e não eqüitativa na distribuição de bens e serviços.

Estas Associações Populares fazem parte dos chamados Novos Movimentos Sociais Urbanos, os quais distinguem-se das formas tradicionais de atuar na política (Partido, Sindicatos) e propõem formas específicas de participação porque afirmam novas identidades sociais. Todo movimento social possui uma estrutura participativa, como consequência do seu próprio objetivo e experiência de organização e luta. As formas, os níveis

e os tipos de participação num movimento definem em grande medida a força de suas metas.

" Associações de pais, grupos de moradores, movimento sem terra, etc, ao se tornarem mais numerosos e atuantes, são vistos como formas autênticas de participação popular, onde a democracia interna garante, tanto a manifestação de uma vontade coletiva, quanto o confronto direto com as políticas públicas autoritárias. " (Cardoso, 1987, p.29)

Parte-se do pressuposto de que em nosso passado político a ausência de participação popular é uma tradição e esta abertura à participação, trazidas pelos novos movimentos sociais atribui aos mesmos uma capacidade de construir novos atores políticos, o que leva a uma autonomia frente ao sistema político representativo, uma vez que expressa a manifestação espontânea das camadas populares.

" O novo é o espontâneo que se opõe a manipulação, é a ação consciente que substitui a cooptação; garantindo a expressão dos verdadeiros interesses populares que ficavam sufocados pelos partidos e políticos profissionais. " (Cardoso, 1987, p.28)

Acentua-se o caráter de resistência a dominação vigente, especialmente nos países submetidos a regimes autoritários. São, portanto, formas de luta que desafiam o Estado. Como são novos e são anti-Estado, estas manifestações coletivas tra-

zem para a cena política uma nova potencialidade na transformação das estruturas de dominação.

Considerados como novos sujeitos do cenário político, estes movimentos são apresentados como fonte de transformação da sociedade e de mudanças profundas na estrutura de dominação. Organizados a partir de novas identidades sociais, ultrapassam o quadro institucional vigente, exigindo o reconhecimento de categorias excluídas do jogo político e são, portanto, instrumentos de modificação deste jogo.

E somente no seio dos movimentos sociais de que participam e com a instrumentalização cultural e política das organizações comandadas e conduzidas por seus interesses e valores que os cidadãos podem descobrir suas forças, percebê-las com forças sociais operantes e criar suas próprias formas de organização e lutas, em que as forças sociais da vida cotidiana não se separem das forças políticas empenhadas em lutas mais amplas.

" O cidadão, como sujeito coletivo, identificado por suas pertencas e lealdades grupais, realiza-se na medida em que se insere, pensamento e ação, nas lutas cotidianas que travam seus iguais no contexto imediato e, daí, na dinâmica conflitiva das totalidades sociais mais amplas, nela discernindo os valores e interesses por que importa lutar na estruturação global da sociedade... " (Marques, 1988, p.8)

✱ A cidadania que se constrói na dinâmica das mobilizações populares é a cidadania das conquistas concretas das lu-

tas pelo poder e controle da sociedade, inserida vitalmente na cultura específica e nos sistemas de trabalho e produção que caracterizam os distintos grupos populares e suas formas de organização.

Um último elemento global que se deve levar em conta para o estudo das práticas coletivas é o que se refere aos efeitos sociais específicos destes movimentos sobre as relações sociais e sobre a sociedade, mas não somente como o produto da ação do sujeito, porém como produto de um campo de conflito em que os atores envolvidos na ação codificam-se a si mesmos através da interação recíproca e compartilhada para obter um fim, para atingir uma meta.

" Esta relação pode introduzir modificações específicas e gerais na sociedade, tanto em termos de transformação nas relações de poder, como de efeitos específicos sobre determinadas ordens sociais. Mas, também os movimentos sociais podem introduzir, na base das relações sociais que os recriam, culturas cotidianas de uma nova ordem que modifica a vida dos homens: hábitos, valores, costumes, etc. " (Calderón, 1987, p.67)

E nesta nova orientação que se começa a identificar os movimentos sociais com novas formas de fazer política, talvez seja o momento de repensar os movimentos sociais de uma outra perspectiva: não se trataria apenas de novas formas de fazer política, mas também de novas formas de relações e de organização social; o que se es-

taria transformam do é a sociedade, mais do que uma política nova.

" O significado dos movimentos sociais reside em buscar neles evidências de transformações profundas na lógica social. O que está em questão é uma nova forma de fazer política e uma nova forma de sociabilidade, porém, mais profundamente, o que se intui é uma maneira de relacionar o político e o social, o mundo público e a vida privada, na qual as práticas sociais cotidianas se incluem junto e em direta interação com o ideológico e o institucional-político. " (Calderón, 1987, p.77)

Finalmente, a essência destes movimentos, creio que está em sua capacidade de gerar embriões de uma nova identidade social. Assim, embora fracos e fragmentados, os novos movimentos sociais detêm uma posição chave para qualquer projeto emancipatório, garantindo a participação e a democracia, os quais, quando exercidos, apontam para a verdadeira cidadania.

CAPITULO II

A CIDADANIA, DEMOCRACIA E A PARTICIPAÇÃO - ELEMENTOS DA CONSTITUIÇÃO DE SUJEITOS COLETIVOS

2.1. Cidadania, democracia e participação

A partir do estudo da ADESC, centralizamos nossa análise em três questões básicas: participação, democracia e cidadania, por entender que as mesmas são imprescindíveis e presentes em qualquer movimento social. Estas categorias estão ligadas e juntas levam àquilo que denominamos construção de sujeitos sociais ou seja, indivíduos atuantes voltados à construção de um novo projeto de sociedade.

* Por participação, entendemos as mais diversas formas de lutas, combates, mobilizações, pressões, poder, ou seja, a articulação de forças e estratégias que visam conquistas em

torno dos interesses dos envolvidos. Para Demo (1988, p.53) são muitos os canais que levam a participação: as associações, os agrupamentos, os sindicatos, etc. É necessário, porém, lembrar que participação não é simplesmente ter acesso a esses canais, mas a conquista de lugares e recursos.

E através do exercício da participação nas ações e decisões que as camadas populares poderão fortalecer a sua organização, percebendo com maior clareza a sua realidade, bem como a potencialidade da ação coletiva para promover mudanças, constituindo-se em administradores do seu próprio projeto.

Muitas vezes relacionamos a participação com a falta de alguns direitos da sociedade que visam melhores condições de vida tais como: saúde, educação, habitação e outros.

O Estado, em diversas ocasiões, se coloca como obstáculo a qualquer forma de participação, desmotivando e desmobilizando os segmentos populares, já que não é de seu interesse que os mesmos se organizem para conquistar espaços e lutar por seus direitos.

Quanto a questões da cidadania, partimos do princípio que, no discurso, todos são iguais perante a lei, e do compromisso de que pessoa e sociedade são portadores de direitos e deveres. Os movimentos sociais trazem consigo os elementos necessários para a introdução da consciência dos direitos do cidadão.

A cidadania consiste particularmente nas práticas do cidadão, ou seja, ter acesso às informações, à tomada de decisões, a canais de expressão, a ação e também conhecer seus direitos e lutar pela garantia dos mesmos.

Para chegar a exercer a cidadania é necessário que os sujeitos políticos estejam atentos a vários movimentos como: a luta pela saúde, pela moradia, pela educação e outros, que se constitui em um movimento educativo, enquanto representa, segundo Buffa (1988, p.41)

" ... uma movimentação, organização, confronto, reivindicação e consequentemente, expressão e prática do legítimo e do devido. "

São muitas as maneiras de se exercer a cidadania. Podemos citar algumas: fazer parte do Governo, direta ou indiretamente, estar engajado em movimentos sociais a fim de pressionar em favor de seus direitos; participar de assembleias de bairro, sindicatos, associações, partidos políticos, entre outras Para Covre (1991, p.52).

" Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão. "

Entretanto, o processo de aprendizado da cidadania exige empenho constante, diário, incansável. A construção da cidadania é, portanto, algo que tem que partir de dentro da própria sociedade.

Já a democracia traz consigo a presença consciente de um princípio de igualdade entre os indivíduos, que permita outorgar a todos, os mesmos direitos, apesar das diferenças de capacidade e de recursos que os separam.

Pressupõe a existência de grupos de interesses reconhecidos e organizados de tal maneira que as instituições representativas correspondem a interesses representáveis, previamente organizados. Segundo Touraine (1986, p.06),

" E a eleição livre dos governantes pelos governados, de maneira tal que os primeiros possam ser considerados representantes do povo. "

A democracia se caracteriza, também, pela liberdade de falar, decidir, questionar, escolher o que achar melhor. Só que, geralmente, o Estado é o delimitador dos avanços nas ações relacionadas acima, no que é considerado construção da democracia. Quando o povo avança lutando, no que é definido como expressão da democracia, muitas vezes é reprimido, ocultado ou manipulado. O exercício democrático deve estar presente em todos os momentos do cotidiano, principalmente nas organizações da sociedade civil.

Nesse capítulo, vamos analisar como as questões participação, democracia e cidadania emergem nas atividades da Associação dos Diabéticos do Estado de Santa Catarina - ADESC. Reforçando nosso entendimento de que as Associações se constituem um espaço propício para que seus integrantes exercitem estas questões, somente em espaços como esse é que se vai ampliar

as lutas pela garantia dos direitos através de ações críticas e coletivas.

Compreendendo o papel das associações como organizações da sociedade civil, que buscam um espaço mais amplo interior do Estado e favoreçam, a partir desta ampliação, alterações nas políticas sociais, a nossa proposta, é saber se a ADESC se configura ou não como um desses espaços. Para tanto, vai ser resgatado sua criação, organização e atuação, evidenciando as possibilidades e limites de sua ação política.

2.2. A criação da ADESC e sua primeira gestão - fevereiro de 1988 a junho de 1990

A ADESC surgiu a partir de um grupo de diabéticos formado em 1985, em decorrência de uma acentuada procura dos mesmos ao setor de Serviço Social do Posto de Assistência Médica do INAMPS, no Bairro do Estreito em Florianópolis, em busca de apoio relacionado a problemas bio-psico-sociais. A assistente social Antônia Medeiros Luciano, funcionária do Posto, sentiu a importância de formar um grupo de diabéticos, objetivando orientação e conscientização, através de um trabalho interdisciplinar de apoio referente ao controle da doença e participação no tratamento do diabético. Tendo isto em vista,

manteve contato com os médicos endocrinologistas Dra. Mara Eda Kowalski e Dr. Osvaldo Kock, propondo um trabalho interdisciplinar com os diabéticos, obtendo o apoio e aprovação dos mesmos.

Inicialmente, a equipe interdisciplinar foi composta pelos médicos endocrinologista acima citado, pela nutricionista Cleusa Fritzen (Funcionária do DSP) e pela assistente social Antônia Medeiros Luciano.

Após um período de motivação dos diabéticos para participarem do grupo, foi realizada a primeira reunião, no dia 20 de outubro de 1985, com a presença de 21 participantes. Nesta, decidiu-se que as reuniões seriam mensais, com palestras específicas e esclarecimentos de dúvidas.

No decorrer dos atendimentos aos diabéticos, individualmente ou em grupo, a assistente social passou a mostrar-lhe a importância de se organizarem, através de uma Associação, como meio de reivindicar recursos necessários ao tratamento e auto controle da doença, além de obterem orientação educativa e preventiva. O interesse foi imediato, pois tratava-se de uma população carente de recursos financeiros e com pouco acesso a informações, então a possibilidade de conseguir-los e a promessa de que a distribuição de insulina (medicamento base para o tratamento dos diabéticos) ia ser normalizada foi fator fundamental de mobilização.

Neste época, o atendimento aos diabéticos estava sendo implantado no município, começou no Hospital Universitário e foi adotado um modelo de atendimento similar ao usado nos

Estados Unidos, inclusive a formação de Associação, pois as mesmas eram usadas para desenvolver um programa educativo. A formação da Associação foi largamente incentivada por profissionais que estavam interessados na implantação de serviços e atendimento aos diabéticos e poderiam contar com o apoio das Associações para implantá-los.

Outra situação persistente no atendimento aos diabéticos, era a escassez de medicamentos. Como a distribuição não era efetiva, os diabéticos viviam em constante aflição, devido a falta dos mesmos nos postos de distribuição do governo. Quando tinham acesso aos medicamentos, muitos diabéticos faziam estoque, com medo de que o produto faltasse novamente, enquanto outros ficavam sem ter acesso.

O primeiro passo, então, foi organizar o controle dos medicamentos através de fichas e também ficou determinado que o paciente só poderia pegar o medicamento no local de atendimento, forçando desta forma, que o paciente escolhesse o local mais conveniente e se engajasse no programa.

Após dois anos da formação do grupo de diabéticos, no Posto de Atendimento do Estreito, nos quais os mesmos eram motivados para a organização de uma Associação, foi efetuada uma reunião para a fundação da mesma no dia 27 de novembro de 1987. Após a fundação foi realizada, no mesmo dia, a eleição (por indicação) de uma diretoria, de início provisório, para elaboração do estatuto.

Esta diretoria foi composta por diabéticos atendidos neste Posto e ficou assim constituída:

Presidente: Vera Lúcia Bozzana Gonzaga.

Secretária: Edmélia Emilia Juliatto. ?

Tesoureiro: Olavo Lino de Campos.

Nesta primeira reunião, da futura Associação, a assistente social enfatizou a importância da organização dos diabéticos para conseguir recursos necessários ao seu auto controle, bem como orientação educativa e preventiva.

Houve também uma recomendação para que convidassem mais diabéticos, de preferência jovens, pois a maioria que compareceu eram idosos. Estudo, no Brasil, evidenciam um

" aumento na prevalência à medida que se avança nas faixas etárias, com uma elevação mais aguda na 6ª década (faixa 50-59 anos). Este comportamento foi observado na totalidade dos nove centros onde o inquérito foi realizado. A prevalência média foi de 2,70% na faixa etária entre 30 a 39 anos; 5,52% na faixa entre 40 a 49 anos; 12,66% entre 50 e 59 anos e 17,47% entre 60 e 69 anos. " (Ministério da Saúde, 1988, p.11)

Constatou-se que nessas faixas etárias, em média, metade dos diabéticos desconhecem sua condição; o que não ocorre com a faixa etária menor que 30 anos, pois as manifestações

clínicas do diabetes *TIPO I*¹ são bastante evidentes, podendo a doença ser identificada através de simples questionários. O diabetes *TIPO II*² é detectado, principalmente, quando já ocorrem complicações crônicas da doença, tais como: problemas oculares, renais e vasculares, que são causas freqüentes de invalidez precoce, levando os indivíduos a se aposentarem. Sabemos que no Brasil isto significa ter uma redução de renda, trazendo, conseqüentemente, maiores dificuldades de seguir o tratamento. Este fator deve ser levado em consideração quanto a maior participação de diabéticos idosos em programas de atendimento público.

A diretoria recém reeleita começou a elaborar o estatuto para a ADESC, com base no estatuto da Associação de São Paulo, que foi cedido para este fim e com a orientação da assistente social. Depois de pronto o mesmo foi aprovado em reunião específica; antes de aprovado o mesmo foi lido, explicado e discutido artigo por artigo. Após aprovado, foi providenciada sua publicação no Diário Oficial para que a Associação fosse oficializada.

A reunião para aprovação do estatuto contou com a presença da assistente social Antônia M. Luciano, e a nutricao-

1 - *Diabetes Tipo I - é o diabete que geralmente aparece em crianças e jovens e que necessita de insulina para o seu controle.*

2 - *Diabetes Tipo II - é o tipo mais freqüente de diabetes. Aparece geralmente após os 30 anos de idade. Na maioria dos casos pode ser controlado sem uso da insulina.*

nista Cleuza Fritzen, as mesmas também concederam entrevista a redes de televisão local com o intuito de prestar informações ao público e com isto trazer o maior número possível de diabéticos para a Associação. Entendemos que este trabalho de divulgação é importante, porém, seria melhor ter buscado maior interação com outros grupos de diabéticos que já existiam em outras unidades de saúde do município, pois nesta forma de organização a qual exige um constante processo, é fundamental as alianças com outros grupos que tenham as mesmas dificuldades.

Através deste estatuto foram determinadas as finalidades da Associação, conforme segue:

" Art. 2º - E sua finalidade assistir ao diabético e à sua família, material e moralmente, e promover a reabilitação daquele, sempre que possível. " (Estatuto ADESC, 1988, p.1).

Evidencia-se que a perspectiva de assistência adotada é aquela de base tradicional, que segundo Ferreira (apud Oliveira, 1989, p.167) é a

" concessão de auxílios materiais e financeiros e prestação de serviços. Executado de forma empírica, por pessoas ou organizações, com recursos próprios ou fundos resultantes de doações, visava às camadas mais pobres da população em suas necessidades primárias. "

Chama a atenção, nesta finalidade estatutária, a assistência moral, com um sentido prescritivo, o qual juntamente com a assistência material poderá reabilitar o diabético, situando-o com um ser não sujeito, que precisa de um auxílio externo para sua recuperação.

Já no artigo 3º, temos uma abertura ao caráter puramente assistencialista:

" Art. 3º - A fim de realizar suas finalidade, a ADESC poderá:

- a) organizar obras e serviços que se fizerem necessários para a consecução de seus objetivos, bem como fundar núcleos à medida em que se desenvolverem seus trabalhos;*
- b) promover e participar da realização de congressos, semanas de estudo, conferências, movimentos de iniciativa pública ou particular, de caráter nacional e internacional relacionados com sua finalidade;*
- c) propor aos poderes públicos medidas de amparo aos diabéticos e prestar-lhe colaboração;*
- d) incentivar a fundação de entidades congêneres. "*

(Estatuto ADESC, 1988, p.1). "

Conforme o item "b" e "d" do artigo acima citado, existe uma preocupação com a educação dos diabéticos e com o repasse de informações, principalmente a profissionais que atuam com os mesmos, bem como com a fundação de novas Associações no Estado. Este incentivo é mais no sentido de organizar o atendimento aos diabéticos no interior, dentro do espaço e sob

a égide da Secretaria Estadual de Saúde, visto que as Associações foram todas fundadas a nível de PAMs e com a coordenação da enfermagem.

A idéia presente é que o espaço de Associações de Diabéticos poderá dar um sentido coletivo ao problema, que deixa de ser focado de forma individual e passa a ser discutido em seu sentido mais amplo, pois no Brasil, conforme constatação do Estudo Multicentro,

" a taxa de prevalência na população adulta é de 7,60%, onde 46,5% desconhecem sua condição e 22,3% das pessoas sabidamente diabéticas não fazem qualquer tipo de tratamento, devido a falta de informações quanto a complicações e a falta de acesso ou inexistência de tratamento público. " (Ministério da Saúde, 1988, p.13).

Se tal ocorresse haveria maior possibilidade de organização política dos diabéticos. E necessário que movimentos como o da ADESC, se organizem e se conscientizem no sentido de reverter a doação de benefícios, como direitos que lhe são devidos, no caso dos diabéticos, o acesso ao tratamento público e de boa qualidade.

Esta luta pelo fortalecimento e ampliação dos direitos é condição básica para o exercício da cidadania. O exercício de cidadania envolve a participação em organizações como a ADESC, que podem ser embriões de uma nova forma de pensar os direitos, desde que exista uma proposta de estimular os integrantes a se tornarem sujeitos atuan-

tes, envolvidos na luta pela garantia dos mesmos. E para tanto é necessário o desenvolvimento de uma ação crítica perante as situações problemáticas do cotidiano das instituições e da própria sociedade.

Este é um dos papéis do assistente social e de outros profissionais dentro de uma instituição, como nos mostra Dallari (1984, p.37),

X
 " ... é necessário que todos aqueles que já tomaram consciência realizem um trabalho de conscientização aos demais, falando, discutindo, ensinando, demonstrando, pelos exemplos históricos que os mais fracos podem vencer os mais fortes e que a força do grupo pode compensar a fraqueza do indivíduo. Para que os indivíduos marginalizados conquistem a possibilidade de participar ativamente nas decisões é indispensável que ocorra primeiro sua transformação interior, é preciso que dentro de cada um nasça a convicção de que é justo e possível participar. "

A ação do Serviço Social, mesmo dentro de uma instituição pública, pode ser encarado como uma forma de participação política. Há muitas situações em que esta participação se torna importante, como por exemplo, quando uma função pública está relacionada com a solução de um problema social relevante ou com um propósito de mudança social.

Uma Associação para ser influente deve ser representativa e buscar sempre ocupar e ampliar os espaços que lhe são oferecidos e a melhor forma é discutir os problemas e as soluções com os outros grupos afins.

Se não tiver uma posição mais efetiva, democrática e participativa irá assumir um caráter puramente assistencial e paternalista.

A falta de dados quanto ao número de associados na época, e quanto ao número de participantes à reunião não nos possibilitou a análise quanto a representatividade nas reuniões, também não existindo dados relativos a quantidade de diabéticos que eram atendidos nas redes de saúde pública do município.

A esta diretoria, sempre com o apoio do profissional de Serviço Social, coube também a organização das eleições para a primeira diretoria efetiva da Associação, baseada no estatuto anteriormente aprovado. Desta forma, no dia 26 de fevereiro de 1988, aconteceu a primeira eleição com a presença de trinta diabéticos.

A chapa única foi composta pelos seguintes membros, os quais foram eleitos por aclamação:

Presidente: Vera Lúcia Bozzano Gonzaga.

Vice-Presidente: Niltom Onório de Andrade.

1º Secretário: Edméa Emília Juliatto.

2º Secretário: Lauro Muller de Liz.

1º Tesoureiro: Olavo Lino de Campos.

2º Tesoureiro: Erma Marian Veiss.

Conselho Fiscal: Jane Rocha Brito.

Dante Luis Juliatto.

Nilma Martins.

Suplentes: Osvaldina da Luz.

Vidal Alexandre da Luz.

Odorino Lima.

Conselho Executivo: Wanilde Ramos.

Maria José Costa.

Zenith Santos de Lima Pinto.

Romália Ronconi Gamba.

Andréa Marquês Conrado.

Participaram também desta reunião de eleição a assistente social Antônia M. Luciano e a nutricionista Cleuza Fritzen a qual discorreu sobre nutrição. Houve, também, a presença da Dra. Mara Kovalski, médica endocrinologista, que fez uma prelação aos diabéticos sobre a doença. Percebe-se como a Associação esta vinculada ao grupo de diabéticos daquela Unidade.

Como os diabéticos poderiam encontrar ali na Associação o seu poder legítimo de representação estando a mesma tão vinculada àquela instituição? Na verdade, há um verdadeiro enigma para os diabéticos, os quais não conseguem entender esta vinculação. Isto pode ser constatado nas reuniões com o grupos de diabéticos do Hospital Universitário, quando

levantamos o questionamento sobre a Associação. Usamos como exemplo o depoimento de um dos integrantes do Grupo de Diabéticos do Hospital Universitário:

" A Associação faz parte do posto médico do Estreito e só pode participar dela quem é atendido lá. A insulina também, só podemos pegar alguma coisa lá se consultarmos o médico de lá, porque é assim, onde você é atendido é onde se pega os remédios... "

Como constatamos, todo o processo de fundação da Associação contou com o apoio técnico do Serviço Social daquela instituição e neste início o papel do assistente social passa a ser crucial, pois a maneira como este percebe a função de uma Associação é diversificado. Alguns profissionais continuam propagando a idéia assistencialista, marcante na história das Associações no Brasil, quando as mesmas assumem as deficiências do Estado perante a causa que propõe defender, neste caso, a saúde.

As Associações incorporam as deficiências como atividades suas, ou seja, contribuem com a manutenção da estrutura existente, enquanto presta assistência ao diabético, comprando medicamentos quando os mesmos faltam, quando o momento é de ir a campo para a defesa de uma política que assegurasse a distribuição dos mesmos, de maneira permanente e universalizante.

Conforme constatamos, esta primeira gestão esteve mais preocupada com aspectos jurídico-administrativos, tais co-

mo: legalização da ADESC como órgão de utilidade pública, emissão de carnês para pagamento de mensalidade, confecção de carimbos e outras providências de caráter imediatista com intuito de conseguir recursos.

Em nenhum momento é citado o interesse em trabalhar com os diabéticos num sentido de consciência coletiva. A Associação é direito garantido pela Constituição e se bem organizada pode se constituir um espaço de desenvolvimento de atividades políticas mais amplas, e na construção de sujeitos coletivos.

Outra decisão tomada por esta diretoria foi a de que as reuniões com o grupo de diabéticos seriam separado, isto é, seriam mantidas as reuniões educativas e realizadas reuniões exclusivas da diretoria, sem a participação dos demais diabéticos. As reuniões educativas, como já vinham sendo feitas através da equipe multidisciplinar, continuariam com os mesmos objetivos de educação para o diabetes no sentido de controlar a doença, não sendo abordados assuntos referentes a organização e fortalecimento da Associação. Tais assuntos seriam tratados a nível de diretoria.

Percebe-se que o espaço para um debate mais amplo sobre a garantia do direito à saúde pública e de boa qualidade acaba sendo substituído por assuntos imediatistas e pela falta de objetividade das reuniões, como pode ser constatado através das pautas das reuniões, em atas.

O fato das Associações voltarem-se quase que exclusivamente, para questões imediatas, na busca de recursos finan-

ceiros através de promoções e recebimento de doações, envolvidos em um caráter de cunho assistencial, dificulta a possibilidade de construção de um projeto político mais abrangente e definido. É necessário que se abram espaços para debates que envolvam os problemas emergentes na saúde brasileira, buscando sempre estar em contato com as diversas Associações existentes, o que possibilitará, com mais facilidade, avanços, conquistas e um exercício maior de democracia e cidadania.

Alguns esforços neste sentido, junto a ADESC, podem ser notados, quando houve uma preocupação com o intercâmbio de informações com outras Associações semelhantes no Estado e para tanto foi mantido contato com a Associação de Joinville que se mostrou interessada em conhecer a ADESC, ficando de prosseguir entendimentos, para efeito de filiação.

Percebe-se que a ADESC é tida como modelo para grupos, porém, como modelo de organização de serviços e não de associativismo. Isto parece ser ocasionado pelo fato da ADESC estar vinculada ao PAM do Estreito, mesmo que não formalmente; o que é copiado é o atendimento da equipe multiprofissional que objetiva uma ação integrada visando o controle glicêmico e nutricional, além de informação sobre a doença através de palestras, etc.

Este atendimento é entendido pelos grupos interessados como parte da Associação. As discussões são feitas no sentido de melhorar ou implantar o atendimento e na maneira de conseguir recursos da própria sociedade, para suprir as deficiências do Estado, perante esta questão.

A ADESC, por outro lado, reforça esta visão quando enfatiza

" ... a necessidade urgente de criar Associações de diabéticos em São Joaquim, Joaçaba, Chapecó, Lages e Tijucas, como tantas outras localidades. O Sr. Presidente Kremer prontificou-se em realizar visitas a estas cidades. Na região de Pailhoa, o Posto de Atendimento está interessado em abrir uma Associação para os diabéticos, para um melhor atendimento aos pacientes... " (ata da ADESC, 1987, p.26)

Também houve a filiação da ADESC na FENAD - Federação Nacional dos Diabéticos, que na época era dirigida pela endocrinologista Marisa Coral, porém não há relato de que esta filiação trouxesse maior abrangência em termos de discussão e organização, bem como intercâmbio com outras associações.

Existe uma dificuldade do grupo de diabéticos em exercer a democracia mesmo em atividades diárias. Tal dificuldade somente poderá ser superada através de um processo de amadurecimento do grupo.

Para tanto, é necessário uma organização da associação, pois, segundo Dallari (1984, p.53),

" O trabalho de organização consiste em colaborar concretamente, fornecendo idéias ou meios materiais, para que grupos humanos conjuguem seus esforços visando objetivos comuns. "

A construção de novos atores políticos passa por uma maneira mais abrangente de lidar com a democracia que supõe a organização prévia de demandas sociais e a autonomia de ações de associações, sindicatos e outros grupos de interesses; supõe também um debate aberto e livre neste nível que poderíamos chamar de "pré-institucional" ou opinião pública. Para que exista democracia é necessário que os diabéticos participem nos assuntos de seus interesses.

O envolvimento em temas que necessitam um exercício maior de cidadania vai tornar a ADESC um espaço propício para formação política a todos que dela fizerem parte. É importante também buscar sempre envolver todos os interessados na luta pelo espaço e pela participação nas instâncias do qual fazem parte. Segundo Covre (1991, p.63),

" É preciso criar espaços para reivindicar os direitos, mas é preciso também estender o conhecimento a todos, para que saibam da possibilidade de reivindicar. "

E evidente que quanto maior for o grupo mais força terá, que quanto mais se discutir os problemas com todos mais fortes ficam para lutar por seus objetivos.

2.3. Segunda gestão - junho de 1990 a maio de 1992

Quando terminado o mandato, que é de 2 anos, foi realizada uma reunião da diretoria nos dia 22 de junho de 1990, que juntamente com o grupo de diabéticos elegeram a nova diretoria. Esta reunião contou com a presença de trinta diabéticos e do assistente social que reforçou o caráter assistencialista da Associação quando

" ... falou sobre a importância da filiação dos diabéticos à ADESC, a fim de se organizarem, objetivando desta forma, conquistar recursos básicos e necessários, para melhor atender os Diabéticos. " (Ata da ADESC, 1987, p.31).

Poderíamos analisar seu procedimento como forma de mobilização, porém a mesma deixou clara sua posição quando falou que na verdade *" o importante é ter uma diretoria que mande os ofícios "* (Assistente Social Antônia M. Luciano) e quando nos falou do seu trabalho que consiste essencialmente no apoio junto a nutrição, pois os diabéticos não aceitam a orientação daquele profissional, então, trabalha para que os pacientes aceitem serem orientados e compreendam a importância da nutrição para qualquer pessoa e, principalmente, para o diabético. A função do Serviço Social, na sua concepção, é

" ... motivar para que sigam os tratamentos prescritos e também trabalhar o emocional para que possam conviver com a doença. " (Assistente Social Antônia M. Luciano).

As Associações, para ela, são organizações onde se tem mais força para conseguir recursos e desta forma poder ajudar os mais carentes a seguirem as orientações para o tratamento, em nome da Associação se consegue muitos recursos como: passes de ônibus, leite, etc.

Em um único momento foi levantada a questão da Associação enquanto grupo de pressão.

" E interessante que as pessoas se organizem para conseguir recursos e para a hora que falta medicamentos tenha um grupo organizado, pois tratando-se de uma associação já tem mais força. " (Assistente Social Antônia M. Luciano).

A presidente pediu que os novos candidatos se apresentassem e por unanimidade foram eleitos os seguintes membros:

Presidente: Nilson Rodrigues Barbosa.

Vice-Presidente: Antônio Francisco Kremer.

1º Secretário: Raquel Ribeiro Szpoganicz.

1º Tesoureiro: Vera Lúcia Bozzano Gonzaga.

2º Tesoureiro: Olavo Lima de Campos.

Conselho Fiscal: Dante Luiz Juliatto.

Célio de Souza Macedo.

Cristina Aparecida de Araújo Cardoso.

Suplentes: Marisa Trintini.

Osvaldina M. da Luz.

Iponã Ribeiro Szpoganicz.

Conselho Consultivo:

Presidente: Lídia Pereira Nazário.

Nilton Osório.

Tereza M. Andrade do Livramento.

Maria Florinda da Rosa.

Eleita a nova diretoria, o presidente falou da importância de dar continuidade às reuniões educativas que vinham sendo realizadas mensalmente com a colaboração da equipe multidisciplinar do programa de diabéticos daquele Posto de Assistência Médica, reforçando assim a vinculação da ADESC com o mesmo. Falou ainda que a Diretoria e os associados deveriam se unir para dar continuidade aos trabalhos de promoção, como: campanhas, bingos, etc.

Nesta gestão, em raras ocasiões, ocorreram momentos de participação e organização política dos diabéticos; houve uma abertura para discussão somente em uma reunião onde compa-

receram integrantes do grupo de diabéticos do Hospital Universitário que levantaram a questão de que uma associação deve ter força para conseguir reivindicar, perante o Governo, por melhores condições de saúde.

Outros ponto importante levantado pela Assistente Social do Hospital Universitário foi que a ADESC deveria lutar por uma sede própria, desvinculada do INAMPS, para que assim tenha um lugar sem problemas com greves e feriados. Seria necessário também aumentar o número de associados, fortalecendo a Associação e beneficiando, assim, seus integrantes.

Esta aproximação com o grupo de diabéticos do H.U. não se deu por uma procura de integração a partir da Associação e sim ao contrário, uma procura do grupo que estava sendo organizado no Hospital Universitário, pela Assistente Social Maria das Graças Gozac Garcia, a qual buscava uma integração com a Associação objetivando, com isto, fortalecer e buscar recursos existentes para os diabéticos.

A Associação não buscava fazer alianças, como não busca até hoje. Porém, está sempre aberta para quem queira nela se engajar.

A assistente social do Hospital Universitário começou a questionar a ADESC como espaço de reflexão sobre a garantia do direito à saúde pública, de boa qualidade e gratuita, porém não teve respaldo.

Outro evento importante, digno de ser evidenciado, e que parece apontar para uma perspectiva política da Associa-

ção, foi a comemoração do Dia Mundial dos Diabéticos no dia 27 de junho de 1991, realizado em conjunto com o grupo multiprofissional de diabéticos do Hospital Universitário, quando foi feita uma caminhada na Avenida Beira Mar Norte.

O objetivo de tal iniciativa foi a confraternização das pessoas portadoras de diabetes, ao mesmo tempo em que se oportunizará a divulgação e esclarecimento da população sobre Diabetes Mellitus. Teve também como objetivo sensibilizar as autoridades governamentais para a necessidade de regularizar a distribuição gratuita de medicamentos.

A programação do evento contou com o apoio da Secretaria da Saúde. Esse fato leva a um questionamento da seguinte ordem: como a Secretaria da Saúde apoia um evento que tem como objetivo a sensibilização das autoridades para um atendimento que é de sua competência?

Apesar disto, ainda que em potencial, a ADESC coloca-se como uma possibilidade da aprendizagem da participação política e da vivência da cidadania. Assim, é necessário que a mesma esteja sempre aberta para quem dela queira participar e também a possibilitar condições ao andamento dos trabalhos.

A comunicação entre os segmentos cada vez mais amplos da população é, sem dúvida, um passo importante para que a Associação prossiga com seus objetivos, fortaleça sua organização, desencadeando um trabalho que possibilite envolver os diabéticos em discussões sobre assuntos que envolvam a saú-

de de uma maneira mais ampla, tornando-se assim, um espaço para a construção de novos sujeitos.

Começa com a iniciativa desta Diretoria a busca por uma sede própria junto às autoridades locais, porém, sem sucesso.

A gestão segue com a participação na Feira da Saúde, evento organizado pela Secretaria Estadual da Saúde, onde foram realizados testes de glicemia no público participante. A Feira foi considerada um evento de grande divulgação da ADESC ao público de Florianópolis.

Percebeu-se após a Feira uma aumento no número de diabéticos na Associação, o que parece ser devido a realização de testes glicêmicos no decorrer do evento e os que apresentam resultados positivos foram encaminhados ao PAM. Como a inscrição na Associação é feita juntamente com a entrevista inicial de atendimento, o número de associados, evidentemente, teve um acréscimo.

Cumprir observar, porém, que a inscrição se faz automaticamente, não havendo uma interpretação do papel da Associação. É indicado nesta mesma entrevista, somente que os diabéticos devem participar das reuniões educativas no final de cada mês.

A abertura a um debate mais crítico não foi internalizado pela atual diretoria, pois em uma reunião onde foi feita uma avaliação do ano e do papel que a ADESC efetuou na sociedade, todos concordaram que o ano foi além das expectativas, atingindo várias metas, como sua efetiva participação em

feiras, caminhadas e nos meios de comunicação, o que possibilitou a divulgação da ADESC.

Destaque importante foi dado a entrega de leite em pó, passes, remédios aos diabéticos mais carentes, minimizando, desta forma, as dificuldades de tratamento. Com relação aos diabéticos com piores condições de saúde, que não podem mais vir às reuniões, analisou-se a possibilidade de "*organizar visitas a estes pacientes que precisam tanto de um conforto e conselhos sobre a doença.* (Ata da ADESC, 1987, p.40)"

No final da avaliação foi salientada a necessidade de uma sede própria, com secretária e assistente social, para poder oferecer um atendimento melhor aos pacientes. No ano de 1992 seria o objetivo principal pelo qual a diretoria iria lutar.

Podemos perceber, nesta avaliação a ênfase dada às questões imediatistas e de promoção onde uma abertura ou uma ação mais crítica acontece no final, como último ponto que é a busca pela sede própria, mesmo assim visando melhorar o atendimento e não a organização.

2.4. Terceira gestão - maio de 1992 a maio de 1994 - situação atual

A seguir, foi organizada a eleição da próxima dire-

toria, tendo como candidata à presidência a nutricionista Cleuza Fritzen, que tendo chegado de São Paulo ofereceu-se para trabalhar na Associação gratuitamente, repassando assim, os conhecimentos adquiridos durante sua estadia naquela cidade, junto a Associação de lá.

Esta diretoria, com mandato de dois anos, a partir de maio de 1992, ficou assim composta³ :

Presidente: Cleuza Fritzen.

Vice-Presidente: Dimas Patrício de Souza.

1º Secretário: Raquel R. Szpoganicz.

2º Secretário: Antônia Medeiros Luciano.

1º Tesoureiro: Vera Lúcia B. I. Teixeira.

2º Tesoureiro: Aparecida C. A. Cardoso.

Conselho Fiscal: Iponã R. Szpoganicz.

M. Florinda da Rosa.

Lídia Pereira Nazário.

Suplentes: Edmeia Juliatto.

Antônio F. Kramer.

3 - Não existe relato da reunião de eleição desta diretoria.

A nova chapa comprometeu-se em continuar com os denominados de leite, adoçante, cestas alimentares a cada final de ano, pois isto ajuda muito a superar as dificuldades alimentícias que os pacientes mais carentes sofrem todos os dias. Não foi questionado o fato de como os pacientes vão superar as dificuldades diárias se as cestas alimentares são concedidas somente no final do ano.

Como o saldo bancário estava baixo, a diretoria decidiu que iria fazer uma rifa com vários prêmios e também o bingo que já era tradicional.

Um ponto de fundamental importância a ser evidenciado é que a partir desta eleição a diretoria deixou de ser composta somente por diabéticos, passando a integrar a mesma funcionários da Secretaria da Saúde como a nutricionista e a assistente social. Notamos também que os outros membros foram reeleitos, o que indica que os trabalhos continuariam a ser feitos na mesma linha assistencial pois não houve mudanças significativas na composição da diretoria.

Outro ponto a ser destacado é a vinculação do presidente da Associação com a Secretaria da Saúde, pois a mesma é coordenadora do Programa de Diabéticos daquela instituição.

Desta forma, o papel da Associação passa a ser vinculado diretamente ao papel do Estado.

As Associações, geralmente, significam um grupo organizado que visam atingir interesses comuns. Caracterizadas pela adesão voluntária, pela ausência de discriminação e pela independência do Estado.

" As Associações são consideradas capazes de, mais eficazmente, responder por um processo de conscientização no tocante às necessidades de mudanças sociais. " (Faria, 1980).

A ADESC, estando vinculada à Secretaria da Saúde, através da sua Presidente, dificilmente poderá exercer integralmente sua função, fortalecendo a construção de um sujeito coletivo, pois tensionada entre as demandas dos associados e do próprio Estado tende a imobilizar-se e não exercer seu papel nesta construção. Esta vinculação pode facilitar o acesso a benefícios concedidos pelo Estado, mas dificilmente poderá propiciar mudanças significativas nas políticas sociais. Nesta gestão foram poucos os momentos que propiciaram maior participação e organização dos diabéticos, o mais importante foi a visita do Sr. Mauri Silva, presidente do Sindicato dos Bancários e representante do Fórum Popular Estadual de Saúde que apresentou a criação do Conselho Estadual de Saúde⁴, a ser implantado, o qual deveria contar com um representante das doenças crônicas, entre elas, o diabetes. Salien-

4 - *Os Conselhos de Saúde surgiram a partir do SUS (Sistema Único de Saúde) que foi criado através da Constituição Brasileira de 1988 para garantir por leis os direitos da população quanto ao acesso aos serviços de saúde, sem qualquer discriminação. Através da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080) e da Lei nº 8.142, de 1990, a Constituição Federal foi regulamentada no que diz respeito ao Capítulo da Saúde. Ficou determinado que todos os Estados e Municípios realizassem Conferências e criassem Conselhos. A Lei nº 8.142, de dezembro de 1990, dispõe sobre a participação na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.*

tou que o mesmo seria um espaço de lutas e um meio de reivindicações de recursos para um melhor atendimento ao diabético.

O Conselho de Saúde, tem caráter permanente e deliberativo é um órgão colegiado, composto por representantes do Governo, prestadores de serviços de saúde, profissionais da saúde e usuários; atua na formulação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do Governo.

A participação nas Conferências e Conselhos de Saúde dá à população a oportunidade de exercer o seu direito de cidadania, obtendo informações, conhecimento e participação das decisões. Isso é o que dá força para os movimentos sociais buscarem a transformação social.

" A Constituição Brasileira, promulgada durante o Governo Sarney, incorpora anseios populares e propõe uma alteração no padrão de proteção social brasileiro, especialmente na área da saúde, assistência e previdência. Amplia direitos sociais, modifica as relações entre capital e trabalho e define um novo modelo descentralizado de intervenção pública na área social pautada na descentralização - ampliação da capacidade decisória do Estado e municípios e propõe a participação da comunidade na gestão dos programas. " (Simionatto/Nogueira, 1993, p.5).

A saúde, como direito da cidadania, é uma conquista da sociedade brasileira incorporada aos princípios que organizam as relações sociais no país a partir da promulgação da Constituição de 1988. Entretanto, a lei não garante isoladamente o gozo dos direitos ali prescritos e, para tanto, é fundamental o efetivo empenho das forças sociais interessadas na concretização do conteúdo da lei no cotidiano social. A sociedade deve se colocar no papel de efetivo agente de transformações.

Entretanto, constatamos que a participação da ADESC no Conselho se deu, de fato, através da representante Cleuza Fritzen, presidente da ADESC. A mesma tem direito a voto, porém a participação não é representativa no sentido que nenhuma discussão foi feita nem com os diabéticos da Associação e nem com representantes dos doentes crônicos do município. Também sendo ela funcionária da Secretaria Estadual de Saúde, consideramos que fica mais difícil exercer pressão sobre as leis que regem a mesma.

" Sem a democratização da gestão e o controle social das políticas de saúde, o SUS está condenado a inviabilidade pela falta de apoio popular, pela possibilidade de descaminhos burocráticos e pela submissão dos que o comandam ao clientelismo tradicionalmente presente na política brasileira. "
(Cartilha do Fórum Popular Estadual de Saúde - SC, 1993, p.5).

A mobilização popular para que os Conselhos assumam seu papel político e definam a favor dos interesses da maioria da sociedade é a tarefa de movimentos como a ADESC, pela democracia e pela realização plena da cidadania.

A garantia do controle social efetivo e continuado sobre as políticas de saúde se dará pela força da organização da população. Os conselheiros deverão ter representatividade legítima frente ao movimento popular. Cabe aos conselheiros, representantes da população, o repasse permanente de informações sobre as ações dos Conselhos, contribuindo para a constante mobilização e organização em torno dos temas de seu interesse.

Como já vimos, o associativismo vem sendo utilizado pelas populações numa tentativa de também partilharem dos frutos do desenvolvimento ou de promoverem transformações na sociedade. As Associações podem criar condições, através da participação coletiva, de influenciar nas decisões políticas, legitimando assim a mudança a qual se propõe.

Independente da participação no Conselho, a Associação continua fazendo o mesmo trabalho que estava sendo feito anteriormente. Houve porém uma maior quantidade de promoções, como: campanhas de detecção da doença, participação em seminários, conferências, fiscalização de produtos dietéticos, emissão de folhetos educativos, etc. Todas estas promoções foram feitas em parceria com a Secretaria da Saúde. Foi dado ênfase, também, à organização do atendimento nos municípios do interior, a meta seria que até final de 1994 todos tenham pelo

menos um centro de atendimento.

Terminando-se o mandato, a avaliação da gestão foi num sentido positivo de dever cumprido.

" Os trabalhos foram muito positivos, com uma diretoria participativa que realizou um trabalho educativo... O atendimento dos associados sempre foi eficiente e contínuo, com suas reuniões mensais que ofereciam palestras de profissionais de saúde. O trabalho da presidente Fritzen foi muito elogiado... " (Ata da ADESC, 1987, p.51).

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de 1994, a diretoria da ADESC e seus associados, mais ou menos 30 pessoas, sendo que hoje a ADESC possui por volta de 600 associados, reuniu-se em Assembléia Geral para a eleição da nova Diretoria, tendo sido eleito por aclamação os candidatos da chapa única:

Presidente: Antônia Medeiros Luciano

Vice-Presidente: Ipon& R. Szpoganicz.

1º Secretário: Raquel Ribeiro Szpoganicz.

2º Secretário: Cleuza Fritzen.

1º Tesoureiro: Aristides Zageski.

2º Tesoureiro: Vera Lúcia B. J. Teixeira.

Conselho Fiscal: M. Florinda da Rosa.

Dimas P. de Souza.

Lidia P. Nazareno.

Suplentes: Edmeia Juliatto.

Dante L. Juliatto.

Alberci.

Conselho Consultivo: M. Francisca Araújo Coutinho.

Manoel de Souza.

Sérgio Gonzaga Postmman.

Aurélio Machado.

Osvaldina Machado.

Como vimos, a direção se repete, a única mudança foi a inserção de dois diabéticos do grupo do H.U. no Conselho Consultivo.

Estes diabéticos foram estimulados pelo assistente social que lá atua para participarem e talvez iniciar a partir de então um questionamento maior sobre as funções da Associação.

A organização da sociedade civil e o incentivo às suas lutas tem servido como exercício de participação política e cidadania, ocasionando um despertar de valores de grupos, associações e movimentos sociais. No entanto, há a necessidade de um aprimoramento no exercício democrático, já que muitas vezes os segmentos não se unem para discutir assuntos comuns, tornando as conquistas isoladas. O processo de democratização numa associação é essencial para que se consigam avanços que venham a contribuir para a construção de um novo projeto de sociedade.

CONCLUSÃO

A partir do estudo sobre a ADESC podemos concluir que a mesma não vem se constituindo em um espaço concreto de discussão, porém há indícios que apontam para o início de um debate que poderá ser ampliado no que se refere a trajetória da Associação e suas possibilidades de participar de maneira mais ampla nas discussões referentes à sua organização.

Para tanto, seria necessário que os diabéticos e integrantes da ADESC ultrapassem a característica imediatista e assistencialista que a associação assumiu no decorrer de sua história, passando a exercer um papel político mais intenso, visando uma reflexão sobre o direito a saúde pública e de boa qualidade e não apenas realizando atividades que preencham os espaços deficientes deixados pelo Estado.

Como percebemos, a maioria dos associados não está comprometida com a Associação, imaginando-se que para tanto é preciso somente que exista uma diretoria, não havendo um compromisso de todos com a manutenção e o progresso da mesma. Eles não conseguem perceber que a diretoria é apenas um meio de representação e, portanto, não vêem a possibilidade de influir na formação, na estrutura e nas decisões da Associação.

Se existisse algum trabalho, no sentido de desmitificar o papel da diretoria, já teria sido dado um importante passo na formação de cidadãos críticos e conscientes.

E fundamental que os diabéticos estejam sempre presentes, ocupando os espaços possíveis e procurando sua ampliação. Cabe aqui a afirmação de Demo (1988, p.73).

" Participação é o espaço histórico de conquista das condições de autodeterminação. Participação não pode ser dada, outorgada, imposta. Também nunca é suficiente, nem é prévia Participação existe, se e enquanto for conquistada. Porque é processo, não produto acabado. "

E preciso estar claro que para que a conquista de espaços aconteça é inevitável que todos os associados estejam organizados, pois somente assim conseguirão produzir algum efeito perante a estrutura que lhe é imposta.

Com uma presença forte dos diabéticos na Associação, os mesmos aparecerão como sujeitos importantes em todas as decisões tomadas, seja nas questões administrativas, seja nas questões políticas. Estando participando em todo esse processo, conseqüentemente, terão mais condições de levantar questões em nível amplo, ou seja, em relação a problemas ligados a área da saúde e como estes vem sendo gerenciados pelo Estado.

Na situação em que o país vive, de grandes reivindicações e poucas conquistas, nas quais o setor saúde é um dos

mais atingidos, os diabéticos devem procurar uma maior identificação com sua Associação, levando-se em conta que a mesma é um espaço significativo de representação e participação dentro das instituições de saúde e perante o próprio governo.

E importante que a sociedade civil esteja organizada na medida em que atualmente, o Estado tolhe cada vez mais os investimentos na área da saúde, especialmente aqueles de nível público.

A Associação deve estar sempre aberta e possibilitar cada vez mais espaços que propiciem uma participação maior de todos os grupos de diabéticos do município. Como constatamos, apenas grupo do PAM do Estreito, através da ação Serviço Social, esteve envolvido com a formação da mesma. E preciso que a Associação se desvincule daquela instituição, tendo um espaço próprio, onde todos os profissionais envolvidos com a questão de melhorias na área da saúde estivessem juntos nesta luta.

A integração de todos os grupos de diabéticos organizados no município daria mais força ao movimento que conseqüentemente refletiria em maiores conquistas; entretanto, os profissionais, principalmente os de Serviço Social, deveriam estar engajados. Esta busca de integração deveria partir da Associação.

Acreditamos que a garantia à saúde pública, de boa qualidade e gratuita passa por mobilizações de todos os segmentos da sociedade civil. Os diabéticos podem ter na ADESC um espaço concreto para um trabalho voltado ao debate, a reflexão e a reivindicação de tal direito.

Consideramos de fundamental importância a presença do Serviço Social como articulador e como ponto de apoio para a Associação dos Diabéticos. No entanto, o papel de articulação e mobilizador não devia se confundir com o dos próprios diabéticos.

O fato da assistente social, funcionária do PAM, ocupar o cargo de presidente da Associação pode reforçar a vinculação com esta instituição de saúde, impedindo o debate, a reflexão, a crítica, enfim, a possibilidade de autonomia da Associação.

Entendemos que,

" O Serviço Social enquanto um dos mecanismos de operacionalização das políticas sociais ocupa um lugar significativo na transformação de necessidades sociais em demandas. Nesse sentido, é relevante sua dimensão política buscando desvendar o feixe das relações que interfere nas decisões sobre as políticas sociais públicas contribuindo para que suas ações não se esgotem na prestação dos serviços, mas sinalizem para sua ampliação, aperfeiçoando o atendimento efetivo dos interesses da população. " (Simionatto/Nogueira, 1993, p.6).

Os profissionais de Serviço Social devem estar engajados na luta pela interação grupal, buscando sempre articular formas de relação com outros agentes da área, produzindo novas maneiras de intervir em tal realidade, situando, desta forma, a prática profissional a partir de uma perspectiva de totalidade.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANDERSSON, Walfred A.; PARKER, Frederick B. Uma introdução a sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. 751p.

Associação dos Diabéticos do Estado de Santa Catarina. Livro de Ata. n.1. Florianópolis, Adesc, 1987.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. La construcción Social de la realidad. Argentina: Amorrortu, 1972. 233p.

BERGER, Peter L. O que é uma instituição social. Revista da Sociologia. São Paulo, v.1, n.5, p:19-38, set. 1975.

BOBBIO, Norberto. O conceito de sociedade civil. Rio de Janeiro: Graal, 1982. 77p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Censo de Diabetes. Estudo multicêntrico sobre a prevalência do Diabetes Mellitus no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 1991.

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. Educação e cidadania: quem educa o cidadão. 2a.ed. São Paulo: Cortez, 1988.

CALDERON, Fernando. Classes sociais e movimentos sociais na América Latina: perspectivas e realidades. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v.2, n.5, p:67-83, out. 1987.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Movimentos sociais na América Latina. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v.1, n.3, p: 27-37, fev. 1987.

CARVALHO, Alba Maria Pinto. A questão da transformação e o trabalho social: uma análise Gramsciana. São Paulo: Cortez, 1983. 168p.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. O que é cidadania. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O que é participação política. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DEMO, Pedro. Pobreza política. 3a.ed. São Paulo: Cortez, 1991.

FALEIROS, Vicente de Paula. O saber profissional e o poder institucional. São Paulo: Cortez, 1987.

FARIAS, Francisca de Fátima. Associação e o significado de participação. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.9, 1982.

FERRARI, Affonso Trufulho. Fundamentos de sociologia. São Paulo: Mac Graw-Hill do Brasil, 1983. 558p.

FICHTER, Joseph H. Sociologia. São Paulo: Herdes, 1969.

Fórum Popular Estadual de Saúde. O controle do sistema único de saúde pela população. Santa Catarina, 1993.

GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel. Porte Alegre: LPM, 1980. 93p.

MARQUES, Mário Osório. Organizações populares e cidadania. Contexto e educação. Rio Grande do Sul, v.3, n.9, p:7-9, jan./mar. 1988.

OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. Assistência social: do discurso do Estado à prática do Serviço Social. Florianópolis, UFSC, 1989.

PIERRE, Deborah. O trabalho social da organização popular em organizações públicas. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.6, 1981.

SANDER, Benno. Consenso e conflito: perspectivas analíticas na pedagogia e na administração da educação. São Paulo: Pioneira, 1984. 152p.

SANTOS, Antônio Gonçalves dos. A prática do serviço social nas instituições. Serviço social e sociedade, São Paulo, n.2, 1980.

SIMIONATTO, Ivete; NOGUEIRA, Vera Maria. A ampliação das políticas públicas de corte sócio-assistencial - papel dos sujeitos coletivos: projeto de pesquisa. Florianópolis, 1993.

SOUZA, Maria Luiza de. Serviço social e instituição: a questão da participação. São Paulo: Cortez, 1982. 159p.

SPOSATI, Aldaiza; LOBO, Elza. Controle social e políticas de saúde. Caderno do CEAS. São Paulo, n.139, p:64-80, mai./jun. 1992.

TOURAINÉ, Alain. As possibilidades da democracia na América Latina. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v.1, n.1, p:5-15, jun. 1986.

WARREN, Ilse Scherer. Redes de movimentos sociais. 1a.ed. São Paulo: Loyola, 1993.